



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento: n. 306.030-8 (Apenso ao AI n. 276.904-2)

Agravante: Espólio de Benedito Américo de Miranda

Maria das Graças Jales Rebelo

Agravados: Otaviano Severino da Silva e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LITISCONSÓRCIO SIMPLES. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

É de se reconhecer o litisconsórcio simples, a partir da possibilidade de renúncia de um dos litisdenunciado ou de transação (art. 269, V do CPC e art. 269, III do CPC) ou de reconhecimento da procedência do pedido de apenas um deles.

Em cada caso, por se tratar de lotes de terrenos individualizados, haverá decisão de mérito para um dos litisconsortes, sem que seja dada, necessariamente, a mesma solução para os demais litisconsortes.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento n. 306.030-8, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, à unanimidade, **dar provimento** ao Agravo de Instrumento, na conformidade do relatório, voto e notas taquigráficas que compõem o presente julgado.

Recife, 3 6 14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento: n. 306.030-8 (Apenso ao AI n. 276.904-2)

Agravante: Espólio de Benedito Américo de Miranda

Maria das Graças Jales Rebelo

Agravados: Otaviano Severino da Silva e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Ação Originária: O **Espólio de Benedito Américo de Miranda e Maria das Graças Jales Rebelo** ajuizaram ação de reintegração de posse contra **Otaviano Severino da Silva e outros** com o objetivo de reaver parte das terras do Loteamento Chácara Riacho Verde.

O mandado reintegratório foi concedido pelo juízo de 1º grau e **parte dos Posseiros** agravaram de instrumento (AI 278.119-1 e 278.125-9) para pleitear o efeito suspensivo.

A liminar foi deferida por este Tribunal de Justiça e, em sede de julgamento de mérito, os Posseiros recorrentes foram mantidos na posse do bem (fls. 273/274).

O **Espólio e Maria das Graças** peticionaram perante o juízo *a quo* pelo cumprimento da liminar concedida pelo juízo *a quo* tão somente quanto aos **Posseiros não recorrentes** da decisão monocrática primeira, quais sejam: Severino Cândido Pessoa, Maria Luzitânia Pessoa, José Edgar da Silva, Júlio Henrique da Silva, Maria do Socorro Silva, José Uberlândio da Silva, Manoel José dos Santos, Amaro Bezerra da Silva, Antônio Alexandre da Silva, João José dos Santos e Severino Pedro da Silva.

Decisão agravada (fls. 308/309): negou o cumprimento do mandado reintegratório quanto aos **Posseiros não recorrentes**, por entender ter a decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça abrangido todos os Posseiros da região, uma vez se tratar de litisconsórcio necessário.

Agravo de Instrumento do Espólio e Maria das Graças (fls. 02/28): Sem preliminares. No mérito, pretendem obter a reintegração de parte do bem, isto é, aquela atinente aos Posseiros não recorrentes. Para tanto, alegam: **a)** terem preenchido os requisitos legais para a reintegração do bem, considerando ter a posse sido transmitida ao espólio por força do princípio da saisine; **b)** serem os posseiros litisconsortes simples, não sendo beneficiados pela reforma da decisão monocrática, concedida pelo Tribunal de Justiça; **c)** a preclusão do direito dos posseiros não recorrentes do direito de reverter a liminar concedida pelo juízo *a quo*.

Sem Contrarrazões, apesar de regularmente intimados (fl. 330).

É, no essencial, o relatório.

Pego pauta.

Recife, 2.5.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento: n. 306.030-8 (Apenso ao AI n. 276.904-2)

Agravante: Espólio de Benedito Américo de Miranda

Maria das Graças Jales Rebelo

Agravados: Otaviano Severino da Silva e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

O cerne da questão está em saber se o litisconsórcio formado pelos posseiros é ou não unitário para, assim, averiguar se os posseiros não recorrentes se beneficiarão da decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça.

Pois bem.

a) Dos requisitos para o mandado reintegratório

O Espólio e Maria das Graças afirmam preencherem os requisitos necessários para a obtenção do mandado reintegratório. Lembram ser o Sr. Benedito, quando vivo, uma pessoa enferma de idade avançada.

Registram que a morte de Sr. Benedito resultou na transmissão da posse por meio do princípio do *saisine*.

Na realidade, sobre a questão, antes da devida instrução processual, em fase de cognição sumária, havia me manifestado, nos autos dos Agravos de Instrumento n. 278.119-1 e 278.125-9.

Naquela oportunidade, entendi que poderia haver *periculum in mora* inverso, por tratar-se de ação de reintegração de posse proposta contra diversos réus. Entendi ser prudente a manutenção da posse para evitar eventual prejuízo aos posseiros, ficando garantido ao Espólio a posse, ao final, se fosse o caso.

No entanto, outros que não os agravantes dos referidos recursos, deixaram transcorrer o prazo recursal.

Isto impõe a análise da natureza do litisconsórcio facultativo, se simples ou unitário.

b) Do litisconsórcio

O Espólio e Maria pugnam pelo cumprimento da decisão no tocante aos posseiros não recorrentes. Argumentam tratar-se de litisconsórcio simples, razão pela qual esses posseiros não se beneficiariam da suspensão dos efeitos da tutela concedida pelo Tribunal de Justiça.

Afirmam, ainda, estar preclusa a pretensão recursal dos posseiros, por terem eles deixado transcorrer *in albis* o prazo para se insurgir contra a decisão do juiz *a quo*, não devendo, segundo alegam, serem beneficiados por esta decisão.

Retomo a questão. Trata-se de ação de reintegração de posse proposta contra diversos réus, **envolvendo diversos lotes de terreno**, todos localizados em Loteamento pertencente ao Espólio e a Maria.

Para se concluir ser o litisconsórcio facultativo é simples ou unitário, devo verificar se a decisão será uniforme ou não em relação a todos os litisconsortes.

Recorro aos ensinamentos de FREDIE DIDIER JR.:

3.2 Litisconsórcio unitário e litisconsórcio simples ou comum

O conceito de litisconsórcio comum é antitético ao conceito de litisconsórcio unitário.

Há litisconsórcio comum (ou simples), quando a decisão de mérito puder ser diferente para os litisconsortes. A simples possibilidade de a decisão de mérito ser diferente já torna comum o litisconsórcio.

Essa situação ocorre nos casos em que cada litisconsorte discute uma das relações jurídicas deduzidas em juízo – nos casos em que há cúmulo de demandas –, ou nos casos em que, embora discutam apenas uma relação jurídica, esta é cindível, conforme visto.

Há uma situação prática que costuma causar, aos mais desavisados, certo assombro. Trata-se do litisconsórcio formado por sujeitos que se afirmam titulares de situações jurídicas homogêneas ("situações jurídicas isomórficas", "situações jurídicas repetitivas"). Este litisconsórcio, formado em razão da afinidade entre as situações jurídicas afirmadas (art. 46, IV do CPC) pelos litisconsortes, é simples; há tantas relações jurídicas afirmadas quantos sejam os litisconsortes. A decisão de mérito, nada obstante a homogeneidade das questões, pode ser diferente para cada um dos litisconsortes. Esta situação, que pode parecer estranha, pois, diante de situações semelhantes, a decisão deveria ser a mesma, nada tem de anormal.

Primeiro, a sentença de mérito, que resolvesse as diversas situações afirmadas, teria diversos capítulos – haveria diversas decisões reunidas formalmente em um único documento. Não se trata de uma única

decisão para todos os litisconsortes: trata-se de várias decisões semelhantes para cada um dos litisconsortes.

Segundo, nada impede, em processos como este, que um dos litisconsortes renuncie à sua pretensão (art. 269, V do CPC), transija com o réu (art. 269, III do CPC) ou que este reconheça a procedência do pedido de apenas um dos demandantes. Em todas estas situações, haverá decisão de mérito para um dos litisconsortes, sem que seja dada, necessariamente, a mesma solução para os demais litisconsortes.

Pode-se afirmar que todo litisconsórcio por afinidade é simples (cf., Barbosa Moreira, Litisconsórcio unitário, Forense). A assertiva é importante para um tempo em que se cogita a construção de um modelo de processo adequado para a solução das causas repetitivas. (In http://www.tre-rs.gov.br/arquivos/DIDIER_Litisconsorcio.pdf)

É o caso dos autos. A situação fática de cada um dos posseiros poderá implicar em decisões diversas. Assim, está-se diante de um litisconsórcio simples.

Assim sendo, o recurso deste, se provido, não se estende aos demais, em relação aos quais a decisão já transitou em julgado.

Esse é o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LITISCONSÓRCIO SIMPLES. EXTENSÃO DOS EFEITOS DO RECURSO INTERPOSTO POR UM DOS LITISCONSORTES.

IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS.

INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. O recurso interposto por um dos litisconsortes não produz efeitos para os demais, salvo nas hipóteses de litisconsórcio unitário.

Precedentes: AgRg no REsp 770.326/BA, 6ª Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe 27.9.2010; EDcl no RMS 19.635/MT, 6ª Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 16.6.2008; REsp 827.935/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 27.8.2008; REsp 209.336/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 26.3.2007.

2. Hipótese em que o Tribunal a quo asseverou que o litisconsórcio entre os entes públicos é simples, já que os interesses defendidos nos autos principais são distintos e opostos, de modo que podem ser decididos de maneira diferente.

3. Dessa forma, a análise da pretensão recursal, no sentido de que os efeitos do agravo do Município devem se estender ao Estado, com a consequente inversão do julgado no tocante à existência de interesses opostos e distintos, é tarefa que exige prévia revisão da matéria fático-probatória dos autos, razão pela qual não pode ser conhecida, face ao óbice preconizado na Súmula 7/STJ.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1225174/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 31/03/2011) bem reforçado pelo juízo *a quo*, a relação jurídica existente entre os posseiros é de direito material unitário e resulta, por consequência, no litisconsórcio necessário.

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AO MEIO AMBIENTE. LITISCONSÓRCIO SIMPLES. NULIDADES.

AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DO RECORRENTE.

I - No litisconsórcio simples, os litisconsortes são considerados em suas relações com a parte adversa como litigantes distintos, dessa forma, os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros, uma vez que o desfecho da ação não é necessariamente uniforme para todos.

II - As nulidades nomeadas, que poderiam ensejar o cabimento da presente ação rescisória, todas elas, sem exceção, não possuem correlação com o exercício do direito de defesa do recorrente, mas sim com o de outros co-réus da ação civil pública cuja sentença se pretende rescindir.

III - Nesse contexto, não pode o recorrente, numa relação processual onde se evidencia a existência de litisconsórcio simples, proclamar-se porta voz dos demais litigantes passivos, uma vez que não há comprovação de que as nulidades em questão tenham lhe causado qualquer prejuízo.

IV - Recurso especial improvido.

(REsp 591758/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/03/2006, DJ 27/03/2006, p. 160)

É, portanto, de se reconhecer o litisconsórcio facultativo simples, razão pela qual as decisões proferidas nos AI n. 278.119-1 e 278.125-9 não podem beneficiar àqueles que não se insurgiram contra a decisão do primeiro grau.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao recurso reformando a decisão recorrida, quanto aos seguintes réus naquela ação: Severino Cândido Pessoa, Maria Luzitânea Pessoa, José Edgar da Silva, Júlio Henrique da Silva, Maria do Socorro Silva, José Uberlândio da Silva, Manoel José dos Santos, Amaro Bezerra da Silva, Antônio Alexandre da Silva, João José dos Santos e Severino Pedro da Silva.

É como voto.

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator